



CÓD: OP-054JN-23
7908403532483

ITAPECERICA DA SERRA-SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA DA SERRA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Orientador Pedagógico (OP)

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	5
2. Sinônimos e antônimos	14
3. Sentido próprio e figurado das palavras	14
4. Pontuação	16
5. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelece	18
6. Concordância verbal e nominal	24
7. Regência verbal e nominal	26
8. Colocação pronominal	27
9. Crase	28
10. Processo de formação das palavras	28
11. Coesão	29
12. Ortografia	29

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum	39
2. Razão e proporção	48
3. Porcentagem	49
4. Regra de três simples e composta	50
5. Média aritmética simples e ponderada	52
6. Juro simples	53
7. Sistema de equações do 1º grau	54
8. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos	57
9. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras	61
10. Resolução de situações-problema	71
11. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências	72

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos, ambientais, de âmbito nacional e internacional, ocorridos a partir de janeiro de 2022, divulgados na mídia nacional	95
--	----

Noções de Informática

1. MS-Windows 7: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos	97
2. MS-Office 2016, MS-Word 2016: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2010: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2010: estrutura básica das apresentações, conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides	100
3. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos	105
4. Internet: navegação internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas	108

Conhecimentos Específicos Orientador Pedagógico (OP)

1. Trajetória da Orientação Educacional no Brasil: perspectiva histórico –social – cultural – pedagógica	119
2. Papel e função do OE no cotidiano escolar	121
3. Orientação Educacional e gestão democrática: contexto escolar e contexto social, as relações intra/extraescolares	122
4. Orientação Educacional e o processo de construção do conhecimento na escola: “saber” e “fazer” pedagógico	124
5. A organização do trabalho na escola e ação do Orientador Pedagógico no currículo	127
6. Orientação Educacional e as relações de trabalho: abordagens teóricas e considerações críticas	129
7. Orientação Profissional numa proposta renovadora	132
8. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	135
9. Técnicas de Dinâmica	149
10. Processo de avaliação.	150
11. Relacionamento Interpessoal	158

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

Tipologia Textual

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail

- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ARGUMENTAÇÃO

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade última de todo ato de comunicação, todo texto contém um componente argumentativo. A argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Está presente em todo tipo de texto e visa a promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento seja apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. O argumento é mais que isso: como se disse acima, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, a aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante o uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, é preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas apenas do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:
A é igual a B.
A é igual a C.
Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:
Todo ruminante é um mamífero.
A vaca é um ruminante.
Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível. Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valemos para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores. Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil. O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Tipos de Argumento

Já verificamos que qualquer recurso linguístico destinado a fazer o interlocutor dar preferência à tese do enunciador é um argumento. Exemplo:

Argumento de Autoridade

É a citação, no texto, de afirmações de pessoas reconhecidas pelo auditório como autoridades em certo domínio do saber, para servir de apoio àquilo que o enunciador está propondo. Esse recurso produz dois efeitos distintos: revela o conhecimento do produtor do texto a respeito do assunto de que está tratando; dá ao texto a garantia do autor citado. É preciso, no entanto, não fazer do texto um amontoado de citações. A citação precisa ser pertinente e verdadeira. Exemplo:

“A imaginação é mais importante do que o conhecimento.”

Quem disse a frase aí de cima não fui eu... Foi Einstein. Para ele, uma coisa vem antes da outra: sem imaginação, não há conhecimento. Nunca o inverso.

*Alex José Periscinoto.
In: Folha de S. Paulo, 30/8/1993, p. 5-2*

A tese defendida nesse texto é que a imaginação é mais importante do que o conhecimento. Para levar o auditório a aderir a ela, o enunciador cita um dos mais célebres cientistas do mundo. Se um físico de renome mundial disse isso, então as pessoas devem acreditar que é verdade.

Argumento de Quantidade

É aquele que valoriza mais o que é apreciado pelo maior número de pessoas, o que existe em maior número, o que tem maior duração, o que tem maior número de adeptos, etc. O fundamento desse tipo de argumento é que mais = melhor. A publicidade faz largo uso do argumento de quantidade.

Argumento do Consenso

É uma variante do argumento de quantidade. Fundamenta-se em afirmações que, numa determinada época, são aceitas como verdadeiras e, portanto, dispensam comprovações, a menos que o objetivo do texto seja comprovar alguma delas. Parte da ideia de que o consenso, mesmo que equivocado, corresponde ao indiscutível, ao verdadeiro e, portanto, é melhor do que aquilo que não desfruta dele. Em nossa época, são consensuais, por exemplo, as afirmações de que o meio ambiente precisa ser protegido e de que as condições de vida são piores nos países subdesenvolvidos. Ao confiar no consenso, porém, corre-se o risco de passar dos argumentos válidos para os lugares comuns, os preconceitos e as frases carentes de qualquer base científica.

Argumento de Existência

É aquele que se fundamenta no fato de que é mais fácil aceitar aquilo que comprovadamente existe do que aquilo que é apenas provável, que é apenas possível. A sabedoria popular enuncia o argumento de existência no provérbio “Mais vale um pássaro na mão do que dois voando”.

Nesse tipo de argumento, incluem-se as provas documentais (fotos, estatísticas, depoimentos, gravações, etc.) ou provas concretas, que tornam mais aceitável uma afirmação genérica. Durante a invasão do Iraque, por exemplo, os jornais diziam que o exército americano era muito mais poderoso do que o iraquiano. Essa afirmação, sem ser acompanhada de provas concretas, poderia ser vista como propagandística. No entanto, quando documentada pela comparação do número de canhões, de carros de combate, de navios, etc., ganhava credibilidade.

Argumento quase lógico

É aquele que opera com base nas relações lógicas, como causa e efeito, analogia, implicação, identidade, etc. Esses raciocínios são chamados quase lógicos porque, diversamente dos raciocínios lógicos, eles não pretendem estabelecer relações necessárias entre os elementos, mas sim instituir relações prováveis, possíveis, plausíveis. Por exemplo, quando se diz “A é igual a B”, “B é igual a C”, “então A é igual a C”, estabelece-se uma relação de identidade lógica. Entretanto, quando se afirma “Amigo de amigo meu é meu amigo” não se institui uma identidade lógica, mas uma identidade provável.

Um texto coerente do ponto de vista lógico é mais facilmente aceito do que um texto incoerente. Vários são os defeitos que concorrem para desqualificar o texto do ponto de vista lógico: fugir do tema proposto, cair em contradição, tirar conclusões que não se fundamentam nos dados apresentados, ilustrar afirmações gerais com fatos inadequados, narrar um fato e dele extrair generalizações indevidas.

Argumento do Atributo

É aquele que considera melhor o que tem propriedades típicas daquilo que é mais valorizado socialmente, por exemplo, o mais raro é melhor que o comum, o que é mais refinado é melhor que o que é mais grosseiro, etc.

Por esse motivo, a publicidade usa, com muita frequência, celebridades recomendando prédios residenciais, produtos de beleza, alimentos estéticos, etc., com base no fato de que o consumidor tende a associar o produto anunciado com atributos da celebridade.

Uma variante do argumento de atributo é o argumento da competência linguística. A utilização da variante culta e formal da língua que o produtor do texto conhece a norma linguística socialmente mais valorizada e, por conseguinte, deve produzir um texto em que se pode confiar. Nesse sentido é que se diz que o modo de dizer dá confiabilidade ao que se diz.

Imagine-se que um médico deva falar sobre o estado de saúde de uma personalidade pública. Ele poderia fazê-lo das duas maneiras indicadas abaixo, mas a primeira seria infinitamente mais adequada para a persuasão do que a segunda, pois esta produziria certa estranheza e não criaria uma imagem de competência do médico:

- Para aumentar a confiabilidade do diagnóstico e levando em conta o caráter invasivo de alguns exames, a equipe médica houve por bem determinar o internamento do governador pelo período de três dias, a partir de hoje, 4 de fevereiro de 2001.

- Para conseguir fazer exames com mais cuidado e porque alguns deles são barrapitada, a gente botou o governador no hospital por três dias.

Como dissemos antes, todo texto tem uma função argumentativa, porque ninguém fala para não ser levado a sério, para ser ridicularizado, para ser desmentido: em todo ato de comunicação deseja-se influenciar alguém. Por mais neutro que pretenda ser, um texto tem sempre uma orientação argumentativa.

A orientação argumentativa é uma certa direção que o falante traça para seu texto. Por exemplo, um jornalista, ao falar de um homem público, pode ter a intenção de criticá-lo, de ridicularizá-lo ou, ao contrário, de mostrar sua grandeza.

O enunciador cria a orientação argumentativa de seu texto dando destaque a uns fatos e não a outros, omitindo certos episódios e revelando outros, escolhendo determinadas palavras e não outras, etc. Veja:

“O clima da festa era tão pacífico que até sogras e noras trocavam abraços afetuosos.”

O enunciador aí pretende ressaltar a ideia geral de que noras e sogras não se toleram. Não fosse assim, não teria escolhido esse fato para ilustrar o clima da festa nem teria utilizado o termo até, que serve para incluir no argumento alguma coisa inesperada.

Além dos defeitos de argumentação mencionados quando tratamos de alguns tipos de argumentação, vamos citar outros:

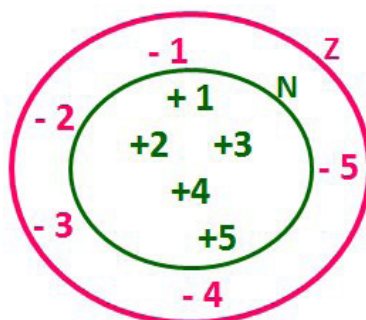
- Uso sem delimitação adequada de palavra de sentido tão amplo, que serve de argumento para um ponto de vista e seu contrário. São noções confusas, como paz, que, paradoxalmente,

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

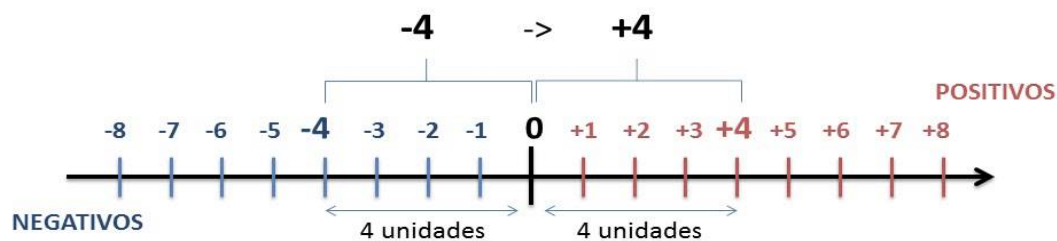
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a *base* e o número *n* é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a* *n* vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

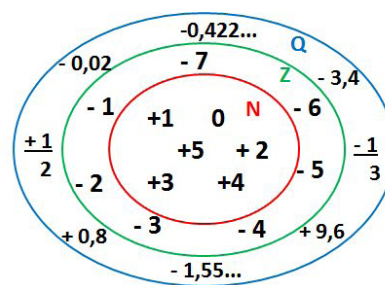
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos

* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:
1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simple*s: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

$$0,58333... = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

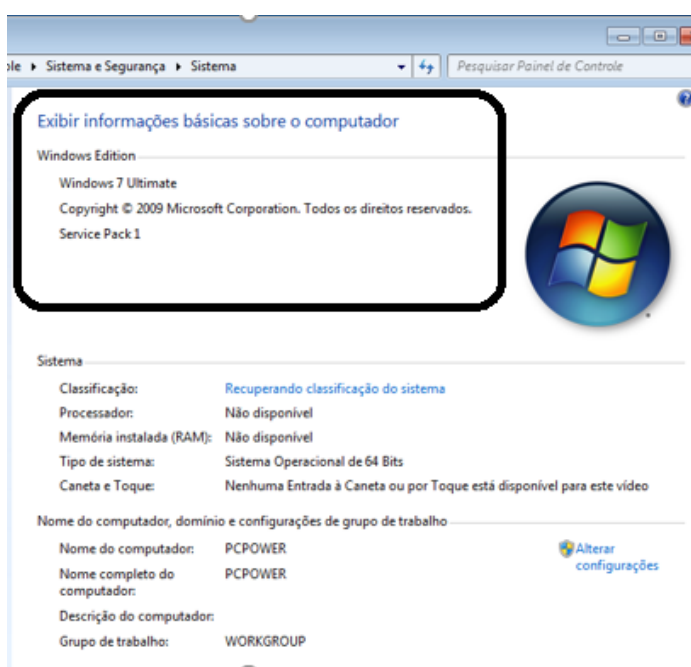
Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos: 58
 Período com 1 algarismo: 3
 2 algarismos zeros: 900
 1 algarismo 9: 9

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

MS-WINDOWS 7: CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS, ÁREA DE TRABALHO, ÁREA DE TRANSFERÊNCIA, MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, USO DOS MENUS, PROGRAMAS E APLICATIVOS, INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS

WINDOWS 7

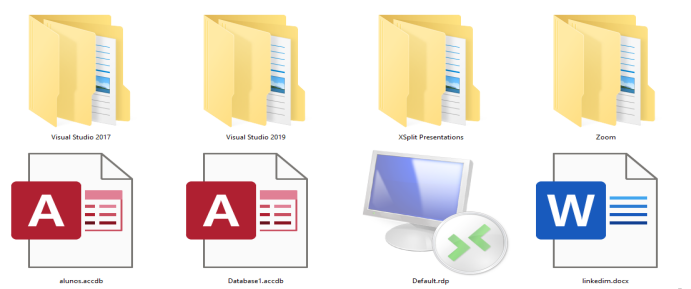


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



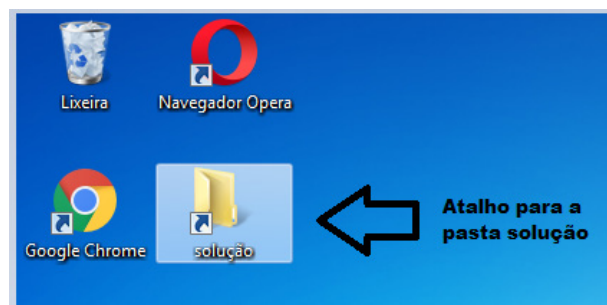
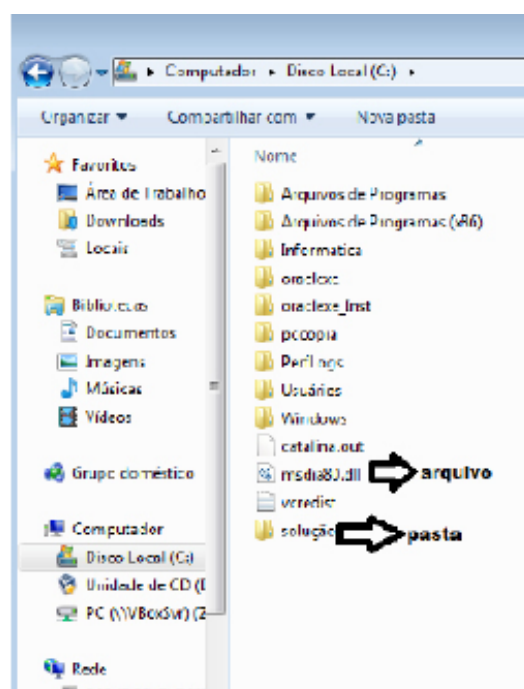
No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- Arquivo é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc.), aplicativos diversos, etc.

- Atalho é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de trabalho do Windows 7



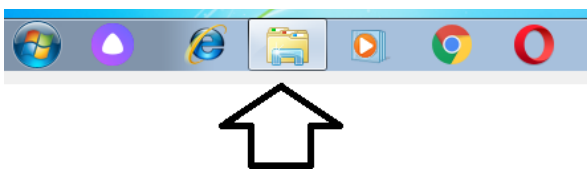
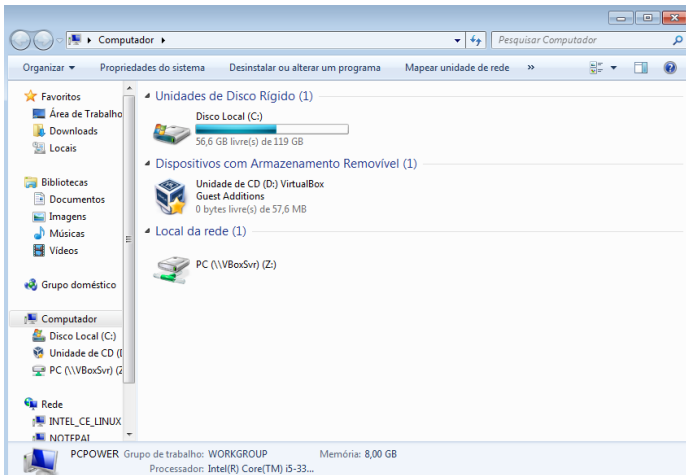
Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

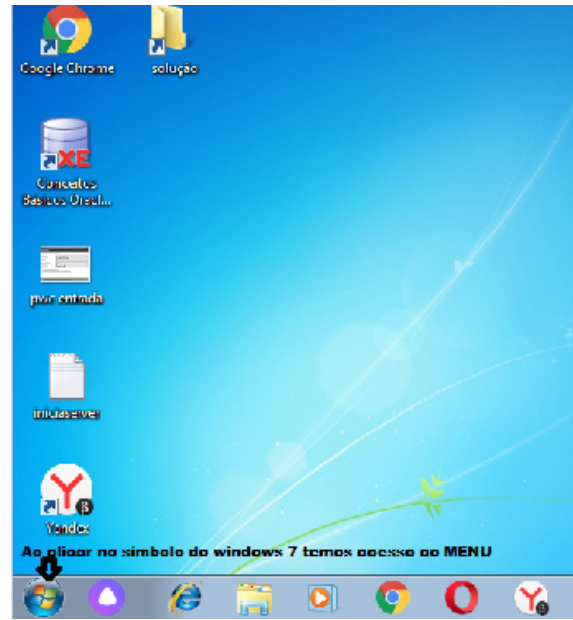
- Quando executamos comandos como "Copiar" ou "Ctrl + C", estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como "Colar" ou "Ctrl + V", estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do "Meu Computador". Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Uso dos menus



Programas e aplicativos

- Media Player
- Media Center
- Limpeza de disco
- Desfragmentador de disco
- Os jogos do Windows.
- Ferramenta de captura
- Backup e Restore

Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

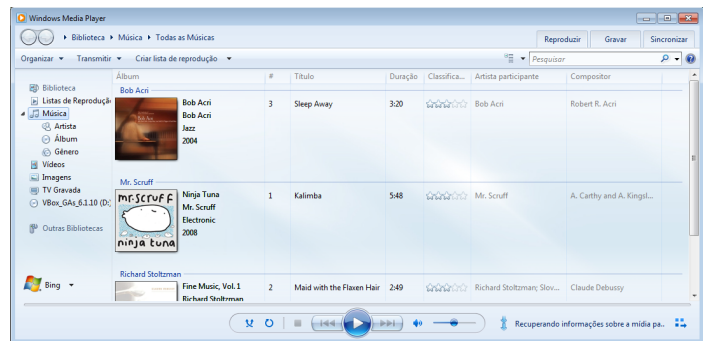
Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

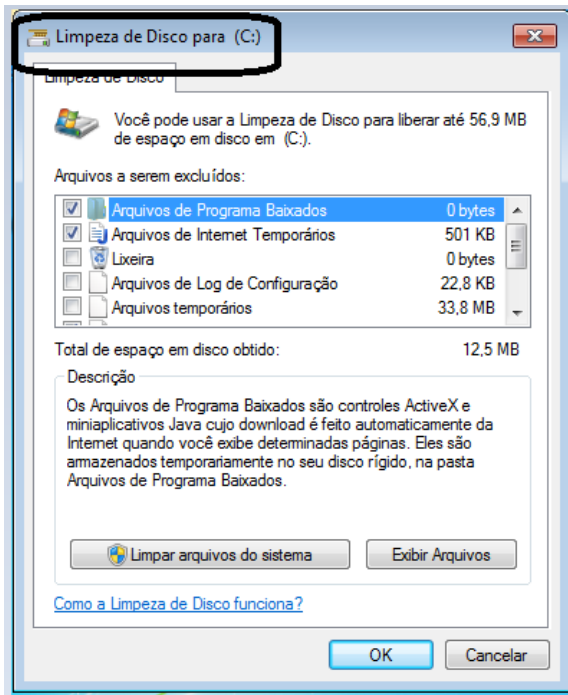
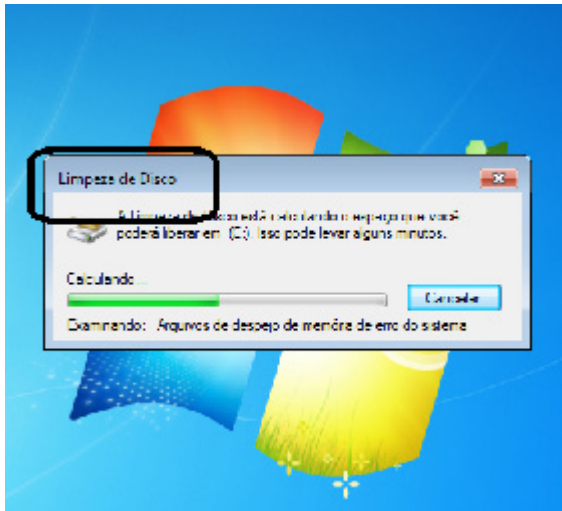
Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

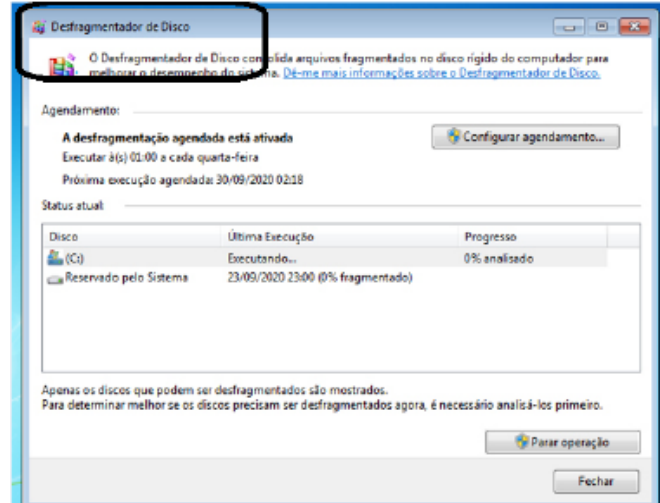


Ferramentas do sistema

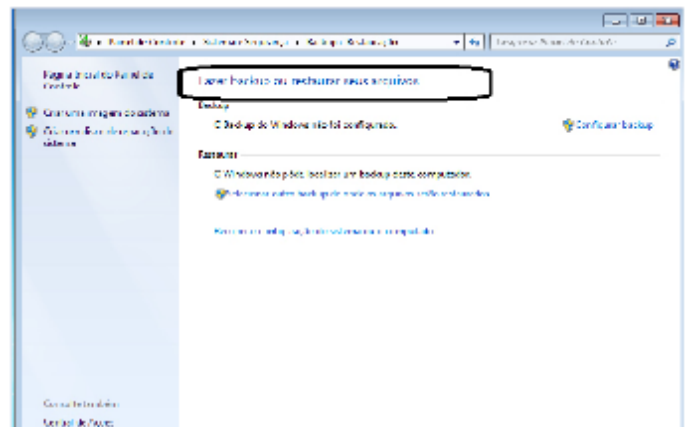
- A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



- O desfragmentador de disco é uma ferramenta muito importante, pois conforme vamos utilizando o computador os arquivos ficam internamente desorganizados, isto faz que o computador fique lento. Utilizando o desfragmentador o Windows se reorganiza internamente tornando o computador mais rápido e fazendo com que o Windows acesse os arquivos com maior rapidez.



- O recurso de backup e restauração do Windows é muito importante pois pode ajudar na recuperação do sistema, ou até mesmo escolher seus arquivos para serem salvos, tendo assim uma cópia de segurança.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Orientador Pedagógico (OP)

TRAJETÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: PERSPECTIVA HISTÓRICO –SOCIAL – CULTURAL – PEDAGÓGICA

Do ponto de vista institucional a trajetória de surgimento da orientação educacional tem início pela área da orientação vocacional, sendo todo o seu procedimento voltado para a escolha de uma profissão ou ocupação¹.

No Brasil, as primeiras experiências datam da década de 20. Sendo que, em sua implementação, a orientação educacional teve uma grande influência da orientação americana, em especial o aconselhamento, e também da Orientação Educacional francesa.

Em 1942, pela Reforma Capanema, o Brasil foi o primeiro país no mundo a ter a Orientação Educacional proclamada obrigatória através de documento legal. A Lei Orgânica do Ensino Industrial instituiu o serviço de orientação educacional.

Dessa forma, foi sendo configurado um ambiente propício à Orientação Educacional, enquanto ela poderia tanto contribuir para melhoria de seu povo, quanto encontrar espaço nas reformas que começavam a surgir no país. Estando fundamentada em um referencial basicamente psicologizante.

As transformações sociais e econômicas foram gradativamente ampliando e modificando o papel da escola e do indivíduo dentro dela e da sociedade. Na busca da consciência de que há uma intencionalidade no processo educativo.

Para que haja uma compreensão das atividades desenvolvidas atualmente pelos orientadores, temos que nos deter aos diferentes períodos em a Orientação foi desenvolvida e o que era esperado dos orientadores em cada período.

Inicialmente houve uma fase em que se achava que a Orientação por si resolveria todos os problemas que envolvessem direta ou indiretamente os alunos. Nesta fase o ajustamento era a palavra determinante, havendo modelos a serem alcançados.

Outra fase poderia ser chamada de objetiva, onde a Orientação era considerada prestadora de serviços de várias ordens, afim de não permitir que os alunos incorressem em problemas. Nesta fase a Orientação estaria sempre atenta esclarecendo com objetividade as situações emergenciais, procurando mostrar a necessidade de dominar conceitos e normas, prevenindo problemas posteriores. Nesse momento o conceito chave era a prevenção.

A orientação educacional buscava se adiantar em todas as circunstâncias para que não se instalassem conflitos. Seguindo esta linha de análise, atualmente tem-se a fase crítica, em que se procura ajudar o aluno como um todo, considerando seus conflitos e o significado dos mesmos junto ao momento histórico que vivemos.

A evolução do conceito de Orientação Educacional no Brasil está vinculada a cinco períodos marcantes:

- Período Implementador (de 1920 a 1941);
- Período Institucional (de 1942 a 1960);
- Período Transformador (de 1961 a 1970);

- Período Disciplinador (de 1971 a 1980);
- Período Questionador (a partir de 1980).

No **período Implementador**, o conceito de Orientação Educacional era importado e apresentava uma concepção nitidamente vocacional. Sendo o objetivo básico da orientação a seleção para o treinamento profissional. Tendo como estratégia as técnicas psicométricas. Essas técnicas eram importadas principalmente dos Estados Unidos.

Houve tentativas de adaptar as técnicas ao contexto brasileiro, porém sem realmente uma efetivação significativa. O resultado dos testes aplicados era devolvido aos alunos sob a forma de perfis profissionais.

O **período Institucional** caracterizou-se pelo surgimento da Orientação Educacional na legislação brasileira. Nesse período ocorreu toda a exigência legal da Orientação nas escolas com grande esforço do Ministério da Educação e Cultura para dinamizá-la e os cursos que cuidavam da formação de orientadores educacionais.

A Orientação Educacional, nesse período em que é instituída por lei, no Brasil, buscava, com bases científicas, alcançar o desenvolvimento integral da adequação da personalidade do educando, visando o seu ajustamento pessoal, escolar e social. Não tendo em vista a formação da personalidade do aluno em função de princípios morais e religiosos, e nem mesmo a sua adequação ao exercício da profissão.

Estando, nessa fase, o sucesso do orientador dependendo diretamente da sua compreensão da escola como um sistema social, a fim de determinar o tipo de ajuda que deveria oferecer e ainda como oferecê-la. As contradições da própria sociedade não eram questionadas e as atividades da orientação eram marcadas por um cunho assistencial.

No início da década de 60 surge um movimento com o objetivo de transformar a orientação importada em uma orientação necessária à realidade brasileira, assinalando assim o surgimento de um novo período na orientação educacional, denominado **período Transformador**. Nessa fase cria-se a profissão do orientador educacional no Brasil, sistematizada pela Lei de Diretrizes e Bases do referido período, Lei nº 4.024 de 1961², que buscava delinear um campo próprio para a orientação Educacional, além de reafirmar a sua obrigatoriedade e estabelecer normas para a formação desse profissional.

Em 1968, a Lei nº 5.564 preceitua em seu artigo primeiro, que a Orientação Educacional seja realizada de maneira a integrar os elementos que exercem influência na formação do indivíduo, preparando-o para o exercício das opções básicas. Passando então a ser inserida no programa geral da escola, com o objetivo de favorecer a existência de um ambiente educativo saudável, pela interação das várias funções e papéis dos que formavam a comunidade escolar.

Ainda nesse período, por meio do Parecer CFE nº 252, de 12 de maio de 1969, estabeleceu-se a formação do orientador educacional em nível de graduação, como uma das habilitações do curso

1 http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c204009.pdf

2 Hoje, revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, exceto os artigos 6º a 9º.

de pedagogia. Em 1971, com a Lei nº 5.692³, tem início o **período Disciplinador**. Nessa fase, observa-se o surgimento de uma ênfase de adaptação às necessidades sociais e à formação profissional.

No artigo 10 da referida lei, o aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade escolar, veio fazer brotar uma nova fase na Orientação Educacional. Nesse momento o exercício da função de orientador educacional põe em destaque a orientação vocacional detalhando-a desde a caracterização da comunidade, da escola e da clientela, ao processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades, à informação profissional, ao acompanhamento pós escolar e a integração entre escola, família, comunidade.

Passando a Orientação Educacional a ser vista como responsável pelo desenvolvimento das relações interpessoais e, por isso, passível de ser estendida a todos os níveis de ensino. Surgindo dessa forma uma nova estratégia de trabalho, em que a Orientação estava centrada no professor e enfatizava-se o envolvimento de toda a equipe educativa.

Essa perspectiva de Orientação Educacional foi a precursora de todo o movimento crítico a se desencadear na década de 80, começam a surgir os questionamentos dos profissionais com relação tanto à ideologia que regia a prática da Orientação Educacional, como as próprias teorias e instrumentos utilizados. Tendo início assim o **período Questionador**.

O período Questionador se configurou como um momento de parada e reflexão que retrata as inquietações pelas quais passou a Orientação Educacional na busca por um espaço próprio, específico e definido no campo educacional. Havendo nesse período uma busca intensa por uma análise crítica do papel do orientador educacional nas escolas, bem como por uma caracterização do próprio serviço de Orientação Educacional no processo educativo.

Nesse momento os orientadores, enquanto trabalhadores, organizam-se de maneira mais objetiva através dos sindicatos, fortalecendo sua relação com os demais profissionais da educação. O papel do orientador educacional enquanto trabalhador foi amplamente discutido, desvelando seu compromisso político e pedagógico. A prática dos orientadores ia sendo diferenciada de acordo com as possibilidades e espaços conquistados.

Dessa forma, toda a prática da Orientação ia se debruçando nesta concepção de educação como um ato político, estando intrinsecamente relacionada com as mudanças ocorridas no núcleo da sociedade. Discutia-se a questão do trabalho não pelo caminho da sondagem de aptidões individuais, mas pelas questões sociais e pelo significado do próprio trabalho.

A partir de 1990, inúmeros são os fatores que nos mostram um novo momento vivido por esta área. Houve a extinção da Federação Nacional de orientação educacional (FENOE), e, em uma tentativa de unificação dos trabalhadores de educação, a criação de uma entidade nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação.

Foi precipitada a extinção de um órgão para o fortalecimento de outro, pois estes não seriam excludentes, mas complementares. Surge nesse momento, para muitos, uma grande insegurança em relação ao espaço ocupado pelo orientador educacional, em termos de prática e de mercado de trabalho.

A relação entre teoria e prática no cotidiano da orientação educacional

A Orientação Educacional caminha de acordo com a educação, sofrendo as mesmas influências desta no decorrer do tempo, bem como sendo submetida à mesma perspectiva teórico-prática da mesma.

Durante um longo período a escola teve como função ensinar o aluno que, por sua vez, tinha a função de aprender. Se nesse processo alguma coisa desse errado, a causa era de inteira responsabilidade do aluno, precisando ele de um acompanhamento para a resolução de seu problema. E nesse contexto é que aparecia a função do orientador, tendo esse profissional apenas que fazer com que o aluno a se encaixasse no sistema.

Com o tempo, a educação passa a sofrer grande influência de outras instâncias da sociedade, por exemplo, dos meios de comunicação. Nesse contexto o aluno passa a perceber com mais clareza a sua posição de sujeito, fazendo sua história, sua formação. E a orientação educacional passa a ter uma amplitude de ações nessa prática pedagógica, sendo um profissional que respeita o senso comum, aprecia o conhecimento científico, e está ciente de que seu exercício só é possível porque existe uma teoria que lhe permite desenvolver sua proposta pedagógica.

Pode-se interpretar a teoria como um pensar, um raciocinar, a partir de determinados princípios e pressupostos; a prática seria a realização, a ação e os resultados. São muitas as formas de conceber a relação entre teoria e prática.

Havendo um grupo de teóricos que percebe uma relação de unidade entre teoria e prática e outro uma visão dicotômica. Identificam-se dois agrupamentos responsáveis pela visão dicotômica e pela visão de unidade.

A primeira forma está centrada na separação entre teoria e prática, estando esses componentes totalmente isolados, até opostos. Dessa maneira, os teóricos pensam e os práticos executam. Na visão associativa os polos não são opostos, mas justapostos, teoria e prática são indissociáveis das práxis, como uma atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro.

O educador trabalha a relação entre teoria e prática de três formas distintas. Na primeira as duas áreas separadamente, justapostas, onde o professor estuda as teorias e posteriormente efetiva a sua prática. Na segunda forma é a concepção de que a prática significa a aplicação da teoria pedagógica. Tendo de um lado as abordagens teóricas e do outro o resultado dos estudos realizados.

A terceira forma seria o tratamento conjunto e integrado da teoria com a prática. O pensar e o agir estariam juntos. Nessa forma última o educador desenvolve uma práxis criadora, na medida em que a vinculação entre o pensar e o agir se fazem presentes em termos de unicidade.

Para a construção de uma prática educativa que de fato contemple a união entre teoria e prática, é necessária a realização de pesquisas sobre o processo educativo, que não se distanciem da educação construída no dia-a-dia das relações entre os agentes pedagógicos da escola.

As tendências pedagógicas e a Orientação Educacional

Da mesma forma que a educação acompanha o perfil que determinada época lhe impõe, na Orientação educacional ocorre igual procedimento. Cada linha teórica acabou definindo a prática educativa do orientador dentro do âmbito da escola.

3 Hoje, revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996.

Essa orientação é vista à partir das tendências educacionais contemporâneas destacadas por Libâneo, relacionando as teorias não-críticas e críticas da educação. Vejamos:

Na **educação tradicional** a orientação se caracteriza como terapêutica e psicológica, estando destinada aos alunos problemáticos com o objetivo de ajustá-los aos modelos apresentados pela família, pela escola e pela sociedade. Nessa abordagem teórica o problema, tanto da aprendizagem, como da conduta, era sempre uma questão referente ao aluno, desprezando as variáveis que interfeririam nesse contexto.

Na **educação renovada progressivista** o orientador tinha como função auxiliar o desenvolvimento cognitivo dos alunos, identificando-o através de testes específicos e trabalhando em termos individuais. Na renovada não-diretiva a orientação está relacionada à afetividade, tendo nesse momento a função de facilitadora de mudanças.

A **educação tecnicista** apresenta uma linha funcionalista, com ênfase nas técnicas de seu processo. Com a preocupação principal de identificar as aptidões dos alunos para um determinado mercado de trabalho.

Na **educação libertária** a orientação tinha a função de assessorar o professor na medida em que era o catalisador do grupo junto aos alunos. A orientação discutiria as formas de poder, as questões da relação do poder com as classes trabalhadoras, subsidiando a formação dos alunos para a vivência grupal e a consciência da participação crítica na sociedade.

Na **libertadora** a orientação possui o papel de captar o mundo real dos alunos, sendo que estes devem ser percebidos como sujeitos históricos, concretos e reais. A orientação trabalhava questionando concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando a uma transformação, sendo, por isso, considerada uma educação crítica. Nessa tendência o educador e os educandos se posicionam como sujeitos no processo de ensino aprendizagem. Sob essa ótica, uma perspectiva política também constitui um fundamento da educação.

Na **educação crítico-social dos conteúdos** a educação prepara para o mundo e suas contradições, fornecendo instrumental, através da aquisição do conteúdo e da socialização. A orientação procura valorizar o aluno e sua experiência em um contexto cultural para posteriormente confrontá-lo com os conteúdos e modelos apresentados pelo educador. Nesse contexto, orientador procura ser um mediador nessa busca, auxiliando o aluno na busca pela autonomia, ajudando-o dessa forma a compreender as realidades sociais enquanto sujeito de sua história.

Na **concepção de educação fundamentada em uma abordagem construtivista**, a orientação teria a função de promover os meios para a aquisição do conhecimento por parte do aluno, procurando resgatar sua realidade cultural e ainda promover o desenvolvimento e aquisição do conhecimento. Nessa prática pedagógica acreditasse que todo conhecimento provem de uma prática social e que o conhecimento é um empreendimento coletivo, não podendo, portanto, ser produzido na solidão do sujeito.

A orientação acompanhou a evolução teórico-prática da educação. No caso das teorias acrílicas, a orientação também fez seu papel acrílico em sua concepção de educação e na metodologia empregada. A Orientação procurava identificar as aptidões dos alunos e seu possível ajustamento na escola, família e na sociedade. Estando comprometida com o aluno problema e as situações de desajustamento do mesmo nas instituições, enfatizando sempre os aspectos individuais.

Hoje, na predominância das teorias críticas, o comprometimento da orientação está relacionado à dimensão coletiva que favorece o desenvolvimento do aluno. O orientador educacional tem como objeto a articulação currículo-sociedade, homem-natureza, homem-sociedade, escola-trabalho, escola-vida e, como ação fundamental, a leitura crítica permanente da sociedade e do mundo em que vivemos.

A Orientação Educacional busca compreender a teoria e a prática em uma relação de mutualidade, de dependência e de reciprocidade. Objetivando auxiliar na construção de uma prática emancipatória, encontrando na teoria a função de mediação.

Toda atividade realizada na orientação deve ser dirigida pela integração entre teoria e prática, englobando os aspectos do campo cognitivo e os valores da própria prática. Essa junção é que vai direcionar a ação da Orientação Educacional, que deve partir do cotidiano da escola para o conhecimento de sua realidade, e assim buscar o conhecimento teórico e retornar ao cotidiano, para um real conhecimento e melhor avaliação para nele intervir.

PAPEL E FUNÇÃO DO OE NO COTIDIANO ESCOLAR

Não resta dúvida de que a gestão escolar que visa à emancipação necessita de apoio e trabalho conjunto de diferentes profissionais da educação, em suas diferentes frentes de atuação, que não podem ser relegadas a segundo plano. Toda escola realiza um trabalho pedagógico composto por situações de caráter burocrático-administrativo e situações de caráter pedagógico-administrativo⁴.

As tarefas dos profissionais na escola estão inseridas em um projeto coletivo, em que as atividades específicas se articulam com o todo, com objetivos e finalidades comuns entre todos os setores da escola. Portanto, percebe-se espaços diferenciados que formam um conjunto ou projeto político-pedagógico, que independente da estrutura se concretiza pela interação dos setores.

Na escola ninguém desempenha uma única função (supervisor/professor, orientador/aluno, professor-aluno, diretor-escola), mas sim todos são protagonista do processo ensino-aprendizagem. Seja qual for sua especialidade e função dentro da escola, todos somos responsáveis pelo conjunto e pelo projeto coletivo da escola.

A Orientação Educacional sempre esteve relacionada às ocorrências do cotidiano escolar, pois elas refletiam situações que estavam acontecendo na escola ou na família e que interferiam nos comportamentos e estudos dos alunos. Para que a orientação educacional desempenhe sua função é necessário conhecer e fazer a análise da realidade histórica e social em que os membros da escola vivem, em especial o aluno, para então, ter uma visão mais real e objetiva do que ocorre no dia a dia, e a partir de aí atuar de maneira compromissada e com qualidade do projeto político-pedagógica da escola.

A construção coletiva desse projeto faz parte da Orientação Educacional, participando, questionando, discutindo, refletindo e buscando soluções possíveis e adequadas à realidade existente. A atuação em relação aos alunos é a principal base da fundamentação das atividades do orientador educacional, levando-os a refletir, filosoficamente, sobre os valores, a formação do indivíduo em relação a cidadania, a questão da liberdade, da responsabilidade, a produção do conhecimento etc.

⁴ https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14157/TCCE_GE_EaD_2018_ROSA_MARIA.pdf?sequence=4&isAllowed=y